

Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais

Sérgio Roberto Moraes Corrêa

Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG)
Professor do Deptº. de Educação Especializada da Universidade do Estado do Pará
E-mail: sergiorm2001@yahoo.com.br

Salomão Antônio Mufarrej Hage

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará
E-mail: salomao_hage@yahoo.com.br

Resumo

O artigo analisa a realidade educacional e social mais ampla do campo no estado do Pará, relacionando e considerando os processos e dinâmicas sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais da multiterritorialidade rural amazônica. Seu conteúdo evidencia singularidades produtivas, ambientais e socioculturais da Amazônia, e apresenta referências para a elaboração e implementação de políticas e práticas educacionais pautadas pela convivência e o diálogo entre as diferentes culturas, buscando enfrentar as hierarquias e desigualdades de classe, gênero, raça, etnia existentes na região e na sociedade.

Palavras-chave: Educação do campo, educação na Amazônia, políticas educacionais, diversidade cultural, desenvolvimento social.

Resumen

Amazonia: la urgencia y necesidad de construcción de políticas y prácticas inter/multiculturales

El artículo analiza la realidad educacional y social más amplia del campo en el estado de Pará, relacionando y considerando los procesos y dinámicas sociales políticas, económicas, culturales y ambientales de la multiterritorialidad rural amazónica. Su contenido evidencia singularidades productivas, ambientales y socio culturales de la Amazonia, y presenta referencias para la elaboración e implementación de políticas y prácticas educacionales pautadas por la convivencia y el diálogo entre las diferentes culturas, buscando enfrentar las jerarquías y desigualdades de clase, género, raza, etnia existentes en la región y en la sociedad.

Palabras claves: Educación del campo, educación en la Amazonia, políticas educacionales, diversidad cultural, desarrollo social.

Abstract

The urgency and necessity to develop educational policies and inter/multicultural practices in the Amazon

By considering the dynamic processes of relations among social, political, economic, cultural and environmental aspects of multi-territoriality, this article analyzes rural educational and social reality in the state of Pará, Brazil. It analyzes the singularities of productive, environmental and socio-cultural relationships in the Amazon and it presents references to the development and implementation of educational policies and practices guided by coexistence and dialogue between different cultures. The study seeks to confront the hierarchies and inequalities of class, gender, race, ethnicity that exist in the region, not to mention wider society.

Keywords: Rural education, education in Amazon, educational policy, cultural diversity, social development.

Introdução

Como pensar a educação e a escola do campo de nosso próprio lugar, da Amazônia? Que políticas e práticas educacionais formular e efetivar que tenham a nossa cara, o nosso jeito de ser, de sentir, de agir e de viver Amazônico? E como considerar o contexto nacional e internacional e ao mesmo tempo afirmar as identidades culturais da Amazônia?

Esse artigo se coloca a ousadia de problematizar esses questionamentos, fundamentando sua argumentação nos resultados dos estudos que temos realizado no âmbito do «**Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia - GEPERUAZ**», vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da UFPA; que focam a realidade educacional e social mais ampla e complexa das populações do campo no Pará/Amazônia. Esses estudos têm fortalecido os nossos compromissos com a construção e efetivação de políticas e práticas educacionais que busquem a melhoria da qualidade da educação, numa perspectiva emancipatória, garantindo o direito de aprender das crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo da Amazônia Paraense e a permanecer no próprio local em que vivem com dignidade humana e social.

Para iniciar o debate sobre a elaboração e implementação de políticas e práticas educacionais que afirmem as identidades culturais próprias de nossa região, consideramos oportuno, num primeiro momento, uma reflexão sobre a Amazônia no contexto atual, focalizando os aspectos significativos da heterogeneidade produtiva, ambiental e sócio-cultural e territorial da Amazônia; num segundo momento, apresentamos algumas proposições para repensar as políticas e práticas educacionais na região e, por fim, tecemos as palavras finais.

Amazônia e suas multifaces: a necessidade de um outro olhar teórico e de novas políticas sociais/educação

A Amazônica brasileira, tomando como referência a Amazônia Legal¹, é constituída pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e o ocidente do Estado do Maranhão e o norte do Estado do Mato Grosso, abarcando e totalizando, assim, aproximadamente, 60% do território brasileiro, 5,1 milhões de Km² (MEIRELES FILHO, 2004). Vale destacar que essa Amazônia possui mais de 11.000 km de fronteiras internacionais e 1.482 km de costa, aproximadamente, cerca de 1/5 da costa brasileira e 150 km de largura no território brasileiro (BECKER, 2006).

¹ Não existe um conceito único para se definir a “Região Amazônica”. Ela possui várias denominações: (O Espaço Amazônico, 1997, p. 23).

É importante considerar que essa região se situa no espaço amazônico Sul-Americano ou Amazônia Internacional, ou ainda, Pan-Amazônia, que representa 1/20 da superfície terrestre do planeta, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil. Essa Amazônia sul-americana compreende: Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Guina, Guina Francesa e Suriname, sendo sua área total de 6,5 milhões de Km². Essa porção contém 1/5 da disponibilidade de água doce do mundo, mais de 1/3 das reservas mundiais de florestas tropicais e 3,5 milésimo da população mundial.

Na Amazônia brasileira, sua demografia populacional, consoante ao último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), é da ordem de mais de 21 milhões de habitantes, apresentando no espaço rural um número de 6.712.137 e no urbano 14.344,343 habitantes. Com isso, o espaço urbano dessa região beira os 70%.

No tocante a esse processo de explosão demográfica, dois aspectos devem ser registrados. Primeiro, isso se deveu, não se pode deixar de considerar, a um contexto histórico particular, expresso durante o governo do regime militar (1964-1985), por meio dos grandes projetos para região, alavancado e expandido, desordenadamente a ocupação socioespacial e o fenômeno de urbanização precária ou excludente, assumindo o processo imigratório e migratório papel importante nesse processo de desenvolvimento de modernização conservadora.

Num segundo aspecto, o órgão de pesquisa do IBGE, com base na antiga premissa do «perímetro urbano», leva em consideração como espaço urbano as sedes municipais (cidades) e distritos (vilas) que, em sua grande parte, apresentam fortes características rurais e interações com o mundo rural, principalmente em se tratando da região amazônica.

A despeito disso, Veiga (2003, p. 31) assina e adverte que,

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), seja quais forem suas características. [...] De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem em evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

A despeito desse segundo aspecto, é relevante considerar que essa premissa do «perímetro urbano» se constituiu como uma idéia imaginária e autoritária criada durante o *Estado-Novo* do governo Getúlio Vargas, através do Decreto Lei 311 de 1938, segundo o qual cria e legitima uma dicotomia entre espaço urbano e rural, concebendo o primeiro como horizonte de modernidade e de desenvolvimento, ao passo que o segundo, um espaço de atraso e de inferioridade, conformando, assim, uma relação desigual e de exclusão, que vai se somar às outras formas de desigualdade e de exclusão, como as regionais (CORRÊA, 2007; VEIGA, 2003).

Esse decreto institucionalizava, de forma, jurídico-político e ideologicamente o ordenamento territorial brasileiro com base na onda industrialista-urbana de desenvolvimento e de modernização do mundo ocidental, reforçando e ampliando, portanto, a lógica colonialista de reprodução e de subjugação ao receituário eurocêntrico de relação de produção capitalista e de produção de conhecimento ocidental (CORRÊA, 2007).

Desta feita, é importante ter ressalva diante do conjunto de critérios que compõem a metodologia desse instituto, a fim de não se incorrer a políticas públicas equivocadas e alienadas e ao risco de um suposto discurso derradeiro do rural, corroborado no conceito de

urbanização extensiva, e de um ufanismo urbanocêntrico da Amazônia, considerando-a, apressadamente, como «floresta urbana» (BECKER, 2006). Na análise de algumas entidades (CONDRAF, 2006) e de alguns estudiosos (VEIGA, 2003), a sociedade brasileira é «mais rural do que se imagina».

A Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a *heterogeneidade*. No âmbito desse artigo, na impossibilidade de tratar de todos os aspectos que configuram essa heterogeneidade, focalizamos apenas as singularidades relacionadas ao terreno ambiental, sociocultural, produtivo e territorial da região, com a expectativa de que essas especificidades sejam apresentadas e problematizadas nos processos e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educacionais para a região, particularmente para o tempo-socioespacial do campo na sua bio e socioculturaldiversidade.

Tempo-e-espaço são entendidos aqui como

construções socioculturais e mentais pelo ser humano em contextos históricos particulares, que envolvem relações de poder. Com essa compreensão, é importante considerar a existência de uma temporalidade hegemônica forjada pelas relações de produção capitalistas, que, ao modificarem o espaço, produzem a territorialização do capital na sua forma material e simbólica. Todavia, existem outras temporalidades e territorialidades, que são produzidas por diversos sujeitos como forma de expressar e manifestar seus modos de vida próprios em resistência a essa lógica hegemônica. Por isso, é importante reconhecer e afirmar a existência na região amazônica, no campo, no terreno dessa diversidade, temporalidades e territorialidades ou multiterritorialidades. (CORRÊA, 2007, p. 18).

A biodiversidade amazônica

No tocante à *heterogeneidade ambiental*, a Amazônia é constituída por um conjunto de ecossistemas, que vão dos florestais aos não-florestais, tecendo complexas e ricas teias de biodiversidade (MEIRELES, 2004). A região possui a maior área preservada de floresta tropical do planeta e de diversidade biológica, com 250 milhões de hectares de floresta, onde estão estocadas, aproximadamente, 14 bilhões de m³ de madeira comercializável² e é possível encontrar cerca de 30 milhões de espécies vegetais e animais do país. A existência de plantas medicinais, aromáticas, alimentícias, corantes, oleaginosas e fibrosas; e de 67% dos mamíferos, 59% das aves e 32% dos anfíbios registrados no país, são destaques marcantes de sua biodiversidade; e quando consideramos os primatas (macacos e micos), nela podemos encontrar 76% das espécies do Brasil.

Parte significativa de toda essa biodiversidade é desconhecida de grande parte da comunidade científica e da humanidade, contudo, muitas das plantas medicinais, já são milenarmente usadas pelas populações tradicionais da Amazônia e graças a estas populações, as instituições de pesquisa ética ou levemente vem descobrindo esse diverso e grandioso potencial do patrimônio natural amazônico.

No tocante a essa biodiversidade amazônica, há três questões a serem destacadas. No limiar dessa nova revolução científico-tecnológica e com ela a corrida pelo mapeamento genético e pela biotecnologia, as florestas amazônicas assumem papel estratégico na geopolítica econômica e cultural mundial, posto seu potencial de gás carbônico e de diversidade biológica, que se constituem num imenso mapa genético entre flora e fauna, ainda,

² Em apenas um hectare de floresta, podemos encontrar de 100 a 300 espécies diferentes de árvores, porém suas raízes são pouco profundas. A alimentação que recebem vem de uma espécie de tapete composto por galhos secos, frutos, folhas e animais mortos, que constituem o húmus. <http://www.amazonlife/conteudo>.

em grande medida, por ser descoberto, para o estudo, aprofundamento e desenvolvimento da biotecnologia.

Carlos Gonçalves, ao fazer estudo na sociedade brasileira sobre a questão agrária na atualidade, assinala que vivemos um novo momento ideológico da *revolução verde*. Ela está, agora, sob o manto da *nova biotecnologia*, que «é laboratorialmente produzida pelos laboratórios que, cada vez mais são menos públicos», pois seguem os padrões do mercado. Para ele, isso vai na contramão das «biotecnologias que foram e são tecidas no campo pelos diferentes povos», que se constituem como públicas. Esse vem sendo o modelo de expropriar essas populações originárias do campo da região amazônica e os saberes de seus recursos naturais, através das várias empresas internacionais farmacológicas.

Isso está diretamente associado ao que vem se denominando de *mercado da vida* que vê na biodiversidade da floresta amazônica a mais recente e sutil forma de «territorializar o território do capital³ e emplacar e fortalecer esse novo discurso de desenvolvimento sustentável de forma conservadora, que reserva a diversidade biológica para ciência e tecnologia do mercado, excluindo as populações que vêm convivendo a milênios com ela» (CORRÊA, 2007, p. 220). Daí a necessidade de se erigir um espírito crítico sobre os discursos de responsabilidade social e ambiental do grande capital.

Diretamente relacionada a essa questão, está a *biopirataria* que atravessa fronteiras, usando tecnologias fortemente sofisticadas, para desbravá-la e conquistá-la no sentido (neo)colonizador, patenteando o conhecimento e fortalecendo e enriquecendo esses megaconglomerados laboratoriais e farmacêuticos multinacionais e empresas de cosméticos, por meio da privatização e comercialização do conhecimento.

José Arbex Jr. (2005), em seu artigo intitulado «Terra sem povo, crime sem castigo: Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia», identifica a *biopirataria* como uma das cinco grandes áreas de atuação do crime organizado na Amazônia brasileira. Ela envolve doleiros, banqueiros, políticos, empresários e comerciantes respeitados, em suas comunidades, em todo o Brasil no atendimento ou transferência de recurso genético e/ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade sem a expressa autorização do Estado de onde foi extraído o recurso, ou da comunidade tradicional que desenvolveu e manteve determinado conhecimento ao longo dos tempos. Por isso, se falar, também, no *mercado do conhecimento* das populações tradicionais presente nessa *geopolítica cultural e econômica do mercado globalizado* (CORRÊA, 2007).

A biopirataria, indicada por Arbex Jr. como o terceiro negócio ilegal mais lucrativo do mundo, perdendo somente para o de armas e o de drogas, movimenta, anualmente, algo em torno de 60 bilhões de dólares. Somente em 2003, ela teria faturado cerca de 16 milhões de dólares por dia na Amazônia, por intermédio do tráfico de animais e de outros tipos de material. Inusitadamente, a biopirataria de forma eventual, conta com a participação de instituições oficiais de pesquisas e universidades, como concluiu, em 2003, o relatório de 161 páginas de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados sobre tráfico de plantas e animais silvestres.⁴

Na mira dessa floresta está, ainda, o *mercado do ar* ou *crédito de carbono* ou, ainda, o que se chama de «seqüestro de carbono» (BECKER, 2006), que é colocado na agenda global como questão vital. Esse mercado do carbono é o financiamento pelos países desenvolvidos e pelos organismos internacionais de projetos de conservação e preservação de florestas tropicais na Amazônia brasileira, para se controlar e reduzir o aquecimento global.

³ Território é concebido, aqui, numa perspectiva relacional e integradora. Essa abordagem permite conceber o território nas suas várias dimensões (política, econômica, social e simbólico-cultural) e nas suas várias escalas (local, regional, nacional e global). (CORRÊA, 2007).

⁴ A CPI, criada em setembro de 2002, ouviu depoimentos de 112 cientistas, especialistas, pesquisadores e representantes de instituições de vários Estados brasileiros. (45- 46).

Essa política do mercado do ar precisa ser vista com cautela, posto a força do mercado, dos países desenvolvidos e dos organismos de fomento internacionais que se impõem sobre essas regiões. Ai pode residir um mecanismo dissimulador para que esses países desenvolvidos continuem produzindo em larga escala e usem essas regiões como válvula de escape, a fim de amenizar a crise de seu modelo de desenvolvimento e passar a imagem do capitalismo para o mundo como possível de desenvolver atividades produtivas ecológicas. Isto é o discurso do 'capitalismo limpo ou ecológico', que traz consigo a revigoração da revolução verde sob o manto de um discurso ecológico conservador. (CORRÊA, 2007, p. 221).

A região amazônica possui, ainda, a maior bacia hidrográfica do mundo. O maior reservatório de água doce existente no planeta Terra, com uma extensão de 4,8 milhões de Km², que representa cerca de 17% de toda a água líquida e 70% da água doce do planeta. A grande maioria dos rios amazônicos é navegável, são vinte mil quilômetros de via fluvial que pode servir ao transporte em qualquer época do ano, e, além disso, abrigam cerca de 1.700 espécies de peixes⁵, além de outras espécies que compõem a diversidade biológica marinha da chamada *Amazônia Azul*, ainda, também pouco conhecida, mas já cobiçada e em constante exploração.

Aqui, reside outra questão de suma importância, o chamado *mercado da água* ou *Hidronegócio*. Esse mercado vem ganhando cada vez mais força na Amazônia, haja vista seu potencial e a geopolítica da guerra pela água que é um novo aspecto que toma relevância no mundo contemporâneo. «Os conflitos de uso pelos recursos naturais inscrevem bem esse novo mapa dos conflitos de uso e de significação do território» (CORRÊA, 2007).

Esse potencial hídrico é visto pelo grande capital como um enorme potencial energético para alimentar a exploração, a extração e produção da cadeia diversa de minérios pelas indústrias de eletrointensivos. Aqui, os projetos das grandes barragens são colocados na ordem do dia pelo grande capital local, regional, nacional e global. Mas, esse mercado é, também, cobiçado por outras atividades produtivas, como as grandes empresas de água mineral e de abastecimento de água e de tratamento de esgoto, criadas com a privatização. (CORRÊA, 2007, 222).

A Amazônia apresenta um grande potencial de riquezas minerais. No Estado do Pará, encontra-se a maior província mineralógica do planeta, com uma quantidade e diversidade grandiosas e riquíssimas de minérios (Ferro, cobre, bauxita, caulim, cassiterita, manganês etc). Dados oficiais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sobre os *Processos de Mineração na Amazônia*, informam um total de 41.681 processos de mineração; 527 concessões de lavra em vigor; 6.478 autorizações de pesquisa em andamento; e 432 concessões de lavra garimpeira (DNPM, 2006). As empresas Multinacionais são detentoras de quase todas as concessões de exploração mineral na região e existe a possibilidade de que a exploração mineral de ferro em Carajás pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), prevista para 800 anos, reduza para 100 anos (PINTO, 2007).

A diversidade sociocultural

No que concerne à **heterogeneidade sociocultural**, a Amazônia é marcada por uma ampla diversidade sociocultural, composta por populações que vivem no espaço urbano e rural,

⁵ <http://www.amazonlife/conteudo> , acesso em setembro de 2004.

habitando um elevado número de povoados, pequenas e médias cidades e algumas metrópoles, que, em sua maioria, possuem poucas condições para atender às necessidades dessas populações, por apresentarem infra-estrutura precária e não dispor de serviços essenciais e direitos básicos, sobretudo na territorialidade do campo.

Entre essas populações, que habitam a região, encontram-se indígenas, quilombolas, caboclas ribeirinhas e da floresta, sem-terra, assentadas, pescadores, camponesas, posseiras, migrantes, oriundas, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país, entre outras populações.

A *população indígena* da Amazônia é estimada em 226 mil habitantes, sendo que ainda há cinquenta grupos de índios que não foram contactados; e em toda a Amazônia o número de idiomas chega a 250, enquanto que no trecho brasileiro da mata, sobrevivem 140 línguas. No Brasil, de acordo com os estudos de Arbex Jr. (2005), a população indígena é pouco mais de 1% da população brasileira, no entanto, este 1% dispõe de 11% do território nacional. No Amazonas, 21% do Estado são de terras indígenas; no Pará, 20%, e em Roraima, 58%. Essas áreas indígenas constituem na Amazônia um conjunto maior que Portugal, Espanha, Alemanha, Bélgica e Majorca. É importante registrar que só recentemente esses povos conseguiram e conquistaram o direito à demarcação e reconhecimento de seus territórios, por meio da Constituição Brasileira de 1988. No entanto, a materialização dessa conquista e reconhecimento legal esbarra na arcaica e dramática burocratização do Estado e na questão fundiária brasileira e regional, particularmente, no Estado do Pará.

Como parte fundante e integrante dessa diversidade e matriz cultural amazônica, estão e encontram-se os povos africanos. Eles contribuíram com a formação cultural da Amazônia ao disseminar suas danças, culinária, manifestações religiosas, entre outras. Eles vieram para a região provindos de Guiné-bissau, Cachéu e Angola, na condição de escravos para o cultivo da cana-de-açúcar e de outras atividades produtivas. Sua vinda oportunizou a povoação de muitas vilas e lugarejos ao longo da bacia amazônica.

Apesar de não existirem dados conclusivos sobre o tráfico de africanos para o Grão-Pará, Guzmán (2006) ajuda a evidenciar a importância da contribuição desses povos para a Amazônia, ao apresentar dados em seus estudos que são reveladores das proporções da população escrava trazida para a região, na segunda metade e final do século XVIII, *era pombalina*, os quais nos informam que no Maranhão, de um total de 78.860 pessoas, havia 34.680 escravos(as), e no Grão-Pará, do total de 80.000 pessoas, 18.944 eram negros e negras africanos e seus descendentes também escravos e escravas.

Na atualidade, no tocante às *populações quilombolas*, segundo dados da Coordenação Nacional das Comunidades Rurais Quilombolas (Conaq), estima-se que existam, aproximadamente cerca de mil comunidades quilombolas na Amazônia. Destas, 335 no Estado do Pará e 535 no Maranhão.

No que se refere às populações *caboclas ribeirinhas*, Gonçalves (2006, p. 154), assinala:

O caboclo ribeirinho é, sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas, estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas, desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta. A pesca é uma das atividades de seu complexo cultural. [...] O interessante é que esses amazônidas têm uma visão e uma prática nas quais solo, floresta e rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes dos ecossistemas com agricultura, o extrativismo e a pesca. São produtores polivalentes.

Samuel Benchimol (1985)⁶, ao abordar as contribuições dos vários grupos sociais no processo de formação cultural da Amazônia Brasileira, revela que a formação das identidades culturais da Amazônia é muito complexa, pois aos saberes, valores e modos de vida indígenas, inicialmente predominantes na região, foram impostos outros padrões de referências advindos dos colonizadores europeus, dentre os quais destacam-se: portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses. Essa matriz cultural amazônica é constituída, ainda, por raízes das populações asiáticas, japonesas, populações orientais, os judeus e sírio-libaneses, e imigrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras, além da matriz, mais recente, norte-americana.

É relevante, todavia, assinalar que esse processo de formação cultural da Amazônica revela uma forte *hibridização* «na constituição e conformação das suas populações e de suas identidades político-culturais, a qual se deu (e vem-se dando), desde o processo colonial, de forma conflitual e desigual, fundando uma matriz cultural híbrida» (CORRÊA, 2007, p. 180), sendo o paradigma de racionalidade eurocêntrica e de produção capitalista hegemônicos, produtor e difusor de uma política cultural conservadora, fundamentalmente excludente.

A cultura, como produção humana e social e como modo de existir de um povo/grupo social, faz-se e refaz-se num campo conflitual, no qual as relações de poder expressam as forças sócio-políticas em disputa. Essas relações se dão de forma desigual, onde determinados grupos/classes têm mais poder para impor e levar a frente seus interesses. Nesse sentido, o processo de *hibridização* não pode ser entendido, *ipso facto*, como algo harmônico, mas sim conflitual, pois quem hibrida quem? Quais os interesses nesse processo de hibridação? Como dizia o velho Marx, as idéias dominantes de uma época são, ainda, as idéias da classe dominante de uma sociedade, que não podem ser entendidas como meras reproduções mecânicas, mas forjadas no conflito e nos confrontos de interesses (CORRÊA, 2007, p. 180).

Isso possibilita reafirmar a luta contra o mito *da Amazônia como natureza imaginária*, segundo o qual a Amazônia não passa de uma *selva*, despida e apartada da cultura, no qual reside e impera a representação e imaginário social de confundir suas populações com a natureza, isto é, *selvagens* que, portanto, precisam ser civilizadas, por meio do mundo racionalista europeu e do ideário teológico-político. Esse foi um dos estratagemas de dominação desse paradigma racionalista eurocêntrico e, também, teológico. Esse mito é redefinido e revigorado com a nova onda conservadora da revolução verde, que defende o desenvolvimento sustentável excluindo as populações originárias de seus seculares territórios e de sua relação histórico-cultural com a natureza, por meio do *discurso e do paradigma de áreas protegidas* (DIEGUES, 2000).

Toda essa dívida da natureza amazônica, segundo Arbex Jr. (2005), tem moldado a atitude da comunidade internacional e a dos próprios brasileiros em relação à região, suscitando dois modos distintos e complementares de agir na contemporaneidade: de um lado, o maravilhamento em face do *paraíso*, do *celeiro do mundo*, que tem como exemplo emblemático o radicalismo de determinadas entidades ambientalistas de defesa da Amazônia, que lutam pela preservação intocada de um *santuário natural*; e de outro, a ação colonizadora, que numa perspectiva extremada, se materializa através da fúria das madeireiras e exploradores das riquezas naturais, que pouco se importam com os impactos ecológicos e culturais resultantes de suas atividades predatórias (Idem, p. 24-25)

Interpretações dessa natureza encontravam-se na base do processo de colonização da região, empreendido por portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses, que desde os séculos XVII e XVIII, vêm transplantando e impondo os valores e símbolos da cultura europeia às sociedades originárias da Amazônia, levando a um processo de hibridização que

⁶ www.tropicologia.org.br/conferencia/1985grupos_culturais.html . Acesso em 23 de setembro de 2004.

se concretiza pela via da submissão e do conflito, sobrepondo ou integrando esses valores e símbolos eurocêntricos à cultura de origem.

De fato, a visão que os colonizadores tinham de que «o Brasil era um grande sistema ecológico natural, um território maravilhoso, região de riquezas infindáveis», «uma ordem natural que expressava a vontade de Deus»; mas também, um país «habitado por canibais e bestas indomáveis», «seres primitivos que corporificam a força da natureza em oposição à civilização»; continua a moldar a visão de uma grande parcela de brasileiros/as e de outras nações sobre a Amazônia, constituindo-se num dos principais obstáculos à compreensão dos principais conflitos e desafios que envolvem essa região na atualidade, sobretudo aqueles que envolvem a questão sócio-cultural, educacional e econômica de seu desenvolvimento (ARBEX, 2005, p. 18).

Por isso, a necessidade de construções de concepções, práticas e políticas educacionais inter/multiculturais, que recoloquem e reconheçam o valor dessas populações amazônicas como protagonistas, na conjugação e diálogo com outros povos, para edificação de novos paradigmas de educação e de desenvolvimento do campo e de sociedade no Pará, na região e no Brasil.

Nessa linha de horizonte, Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 12), ao fazer alusão à perspectiva do *Multiculturalismo Emancipatório*, faz referência a duas questões centrais: a relação entre *igualdade* e *diferenças*, que denomina de *política de igualdade* e *política de diferença*, que apontam tanto para emergência e reconhecimento dessas populações como sujeitos do processo emancipatório, quanto para a contraposição ao *Multiculturalismo Conservador*.

A diversidade produtiva

No que concerne à sua **heterogeneidade produtiva**, a Amazônia apresenta uma estrutura bastante complexa e muito diferente de outras regiões do país, uma vez que existem, em um mesmo espaço, de forma contraditória e conflitual, atividades econômicas de base familiar, cooperadas e solidárias, que envolvem *tecnologias simples*⁷, e processos de produção capitalistas, em larga escala, caracterizados por médios e grandes empreendimentos que usam sofisticadas e complexas tecnologias, desenhando, assim, uma matriz geográfica conflitual de uso e de significado do território e dos recursos naturais, expressa em lógicas e práticas diferentes e opostas.

Toda essa complexidade se materializa, envolvendo, numa perspectiva específica do grande capital, Grandes Projetos de exploração e exportação mineral por grandes empresas nacionais e multinacionais, dentre elas a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a ALBRAS/ALUNORTE, a Mineração Rio do Norte, a Camargo Corrêa, e ALUMAR do Maranhão, etc.⁸. Assentadas numa plataforma científico-tecnológica, essas as atividades produtivas, em larga escala, vêm ampliando o seu potencial de produção, de mercado, sobretudo externo, e de astronômico volume de lucros, como a CVRD, que recentemente comprou a multinacional canadense Inco, segunda maior mineradora do mundo. Essas empresas contam, ainda, com volumosos incentivos fiscais do Estado.

Exemplo disso é que esses megaempreendimentos minerais exploram, além desse potencial mineral da região, o seu potencial energético e hídrico. Maior ilustração disso e, também, Grande Projeto, é a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), no município de Tucuruí,

⁷ CASTRO, M. da C. A., 2002.

⁸ Ver sobre os Grande Projetos na Amazônia MONTEIRO, Alcidema (et al, 1997) e Becker, Bertha (1998).

Estado Pará, planejada geopolítica e economicamente para atender, principalmente, esses megaempreendimentos minero-metalúrgicos.⁹

Cabe registrar aqui os impactos grandiosos e danosos socioculturais, econômicos e ambientais que esses megaprojetos já causaram, poluindo rios e comprometendo a vida e a sobrevivência das populações locais. A barragem de Tucuruí, por exemplo, causou impactos alarmantes, «desestruturando os modos de vida de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas, precarizando mais ainda suas condições de produzir e reproduzir sua existência material e simbólico-cultural» (CORRÊA, 2007).

Essa situação deve ser tomada como aprendizado para que não sejam cometidas atrocidades dessa natureza movidas pela insensatez e insensibilidade, haja vista o plano, dentro do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), de construção de várias barragens ao longo dos rios Araguaia, Tocantins e Xingú, dentre elas a construção de Belo Monte, que é bem maior do que a de Tucuruí e, se construída, será a segunda maior do mundo. Como parte, ainda, do PAC e dentro da política dos *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* (ENIDs) do governo federal, existe o projeto da *hidrovia Araguaia-Tocantins*, cujos estudos, segundo Novaes (2002), mostram sérios problemas sócio-ambientais. Isso expressa bem a territorialização do capital *para/na e sobre* a região amazônica.

No seio dessa matriz e lógica produtiva, encontram-se três *Eixos Produtivos concêntricos*: a **extração e exploração madeireira**, a **pecuária extensiva**, e, mais recentemente, a existência do **agronegócio**, com a produção de grãos, especialmente a soja, que expandem a fronteira agropecuarista na região amazônica.

Nesse contexto recente de expansão dessas fronteiras produtivas para região amazônica, a extração predatória de espécies de madeira de alto valor comercial, como mogno, cedro entre outras espécies, pelas indústrias madeireiras, têm aumentado a pressão sobre a floresta e sobre as populações que nela vivem. Mais de 90% dessas atividades de extração madeireira na região se fazem de forma predatória e ilegal, figuradas em empresas não reconhecidas e falsificadoras de documentos de exploração florestal e da força humana de trabalho. Essa exploração predatória está diretamente articulada, também, a siderurgia, uma vez que grande quantidade de madeira é extraída, como apontam os dados, para alimentar de energia essas empresas, por meio do carvão vegetal, extremamente poluidor do meio ambiente e prejudicial socialmente, pois submete as populações locais a condições exploratórias e indignas de vida e de trabalho, inclusive crianças e jovens, que se inscrevem dentro do trabalho escravo (CORRÊA, 2007).

As *madeireiras*, para Arbex Jr (2005, p. 36-37), constituem uma outra grande área de atuação do crime organizado na Amazônia brasileira, envolvendo praticantes de extração e do comércio ilegal de madeira nativa. Esse autor *identifica* além das **madeireiras** e da **biopirataria**, como áreas de atuação do crime organizado na Amazônia brasileira mais três: a **financeira**, que envolve grupos locais, associados às redes e operações de fraudes financeiras e práticas lesivas ao Tesouro Nacional, incluindo a evasão de divisas; **Narcotráfico**, que envolve máfias que promovem o tráfico de drogas proibidas por lei, como maconha e cocaína, muito mais como transportadores do que como centros produtores (caso de Colômbia, Bolívia e Peru); e **Atividades Associadas**, que envolve formas de comércio ilegal que vive do e para o crime organizado, eventualmente praticado por bandos locais: tráfico de armas, pedras preciosas, material destinado à indústria de alta tecnologia (incluindo nuclear), exploração da prostituição, trabalho escravo, comércio de carros roubados, roubo de carga de caminhões. (ARBEX, 2005, p. 36- 37).

⁹ Essa UHT foi planejada e criada no período do regime militar, na onda do modelo desenvolvimentista. Essa barragem criou um lago artificial de 2.830 km². Essa barragem é a 4ª maior do mundo, sendo o 2º maior vertedouro de água por m³/s. (CORRÊA, 2007).

Nessa mesma perspectiva, sob o ponto de vista daqueles que vêm na Amazônia apenas como uma grande oportunidade de ganhar bilhões de dólares, 82% do total da madeira extraída da região e comercializada no mundo são ilegais, provocando um prejuízo à floresta incomensurável, que ocorre de forma gradativa e cada vez mais destrutiva. Entre agosto de 2001 e agosto de 2002, foram desmatados 25.500 km² de floresta (o equivalente a 5 milhões de campos de futebol, ou à área ocupada pelo Estado de Sergipe). No ano seguinte, o ritmo caiu um pouco, para 23.000 km². Grande parte do estrago é causada pela ação de pelo menos 3.000 madeireiras, cerca de 80% ilegais (principalmente no comércio do mogno)¹⁰, e agravado pela ação de pecuaristas, no processo de grilagem das terras para confirmar suas posses.

É curioso notar e ao mesmo tempo deveria incitar a nossa reflexão, o fato de que tem ocorrido um aprimoramento no conjunto de técnicas de desmatamento à medida que o tempo vai passando, contribuindo significativamente para o aceleração do processo de devastação predatória da floresta, pois os estudos de Valverde (1980) nos indicam, que à machado e foice, seis lenhadores levam de seis a oito dias para derrubar 1 ha da mata de terra firme (conforme o porte da mesma), mas, com motosserra, um homem derruba 1 ha em dois dias. Com o correntão, uma equipe de cinco homens pode derrubar de 40 a 50 ha de mata em um só dia. E, usando desfolhante químico, um piloto de avião (do tipo Ipanema) pode destruir cerca de 100 ha de floresta em meio dia de trabalho (VALVERDE, 1980, p. 41).

Como prática produtiva interligada, nessa rede predatória e criminosa, apresenta-se a pecuária extensiva. Geralmente, após a área desmatada, essa área se transforma em pastagem de grande propriedade, que serve para aumentar o latifúndio e se tornar em imóvel especulativo. Dados do IBGE apontam o município de São Felix do Xingu, no Pará, como o terceiro maior rebanho de gado do país, com 1,2 milhão de cabeças de gado. Esse mesmo Instituto aponta que o rebanho bovino, no período de 1990-2004, cresceu 169,2%. Cabe, ainda, considerar a grande quantidade de água usada para o tratamento da carne. Para cada kg de carne, gasta-se, aproximadamente 115 litros de água. Além disso, nesse tratamento, é despejada uma grande quantidade de gás tóxico que contribui decisivamente para aumento do aquecimento global.

No que concerne à expansão da soja, a área de plantação dela nos estados de Roraima, Rondônia, Amazonas, Pará e Tocantins aumentou em 65% na safra de 2003/2004 em comparação à safra anterior (GREENPEACE, 2004). Os Movimentos Sociais Populares do Campo (DOCUMENTO, 2006) identificam e evidenciam como medida de derrota do governo federal a «liberação do plantio e comercialização da soja transgênica, por medida provisória, atravessando todo o processo de estudos ambientais». Uma outra medida de derrota infere: «O governo não teve nenhum controle sobre o avanço da lavoura de soja e algodão para áreas da Amazônia e do Cerrado, que podem trazer graves conseqüências ambientais para o futuro».

Esses eixos produtivos são apontados pelos estudiosos como os principais causadores do desflorestamento acelerado e predatório na Amazônia. Dados mais recentes do Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente) apontam um percentual da perda da cobertura vegetal de 20%, alcançando uma área de 700 mil km² (IMAZON, 2006). As queimadas têm se ampliado assustadoramente. Segundo estudos da Embrapa através de Monitoramento por Satélites, que tomam como base os dados fornecidos pelo Satélite NOAA-AVHRR, captados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no período de 2005, foram detectados na região um número de 161.374 mil focos de queimadas, 80% do total brasileiro. Não é por acaso, que o Pará e Mato Grosso, junto com outros estados, constituem o chamado **arco do fogo e do desmatamento** na região.

¹⁰ Dados divulgados pela organização Greenpeace informam que o metro cúbico de mogno serrado vale hoje, em média, 7.200 reais no mercado internacional, mas custa apenas 25 reais na floresta.

Isso tem reduzido e comprometido, demasiadamente, a diversidade biológica, o equilíbrio dos ecossistemas e os modos de vida e de trabalho, a sobrevivência e permanência das populações do campo, como indígenas, quilombolas, camponesas, ribeirinhas, posseiras, povos da floresta etc. Ao desmatar, queimar e depredar uma dada e larga área de floresta, deixando-a esgotada para alimentar o puro e mero interesse econômico, o consumo do mercado, essas frentes de expansão se deslocam, rápida e vorazmente, para outros territórios, onde, ainda, existam espécies lucrativas, fazendo o movimento de *territorialização, desterritorialização e reterritorialização*, conforme a temporalidade do capital, do lucro. (CORRÊA, 2007, p. 233).

Uma outra medida apontada como problemática pelos Movimentos Sociais do Campo em relação à política ambiental do governo federal foi: «a iniciativa tomada pelo governo de criar uma lei que arrenda florestas nacionais em áreas públicas para as empresas explorarem a madeira» (DOCUMENTO, 2006).

Esses eixos de atividades produtivas têm como um dos seus mecanismos fundamentais, de um lado, a prática da *grilagem*, falsificação de documentos de terras públicas, devolutas; de outro, a *invasão* de terras das populações mencionadas, levando ao aumento da concentração de terras nas mãos desses grandes grupos econômicos e políticos dominantes e a intensificação dos conflitos agrários, da depredação dos recursos naturais, da exclusão e da desigualdade.

Como consequência, expande-se e redefini-se a *cartografia da territorialidade dos conflitos agrários na região* (CORRÊA, 2007). Dados mais recente sobre o *Conflito no Campo* no Brasil e na Amazônia, conforme Relatório Anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2005), apresentam a seguinte cartografia:

CONFLITOS NO CAMPO: AMAZÔNIA, 2001-2005

Ocorrência	2001	2002	2003	2004	2005
Conflitos	315	431	770	658	868
Assassinatos	14	26	57	20	24
Pessoas envolvidas	96.170	198.591	452.300	243.854	386.358
Hectares	1.851.433	2.640.997	2.846.251	3.805.533	10.505.813

A partir desse quadro, temos a oportunidade de visualizar a dramaticidade da problemática do conflito agrário que se perpetua na sociedade brasileira e, em particular e acentuadamente, na territorialidade do campo da Amazônia. De 2002-2005, tem-se um tempo em ascendência na escala do conflito, exceto no ano de 2004 com uma leve redução, encontrando nos anos de 2003 e 2005 seu ápice. No tocante ao número de assassinatos e de pessoas envolvidas em conflitos, o ano de 2003 alcançou o topo. A quantidade de terras em 2005, em litígio, vai para mais de 90% do nível nacional.

Ao analisar esses conflitos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2006) destaca a triste cartografia agrária da região Amazônica, especialmente no Estado do Pará, denominando-o como território do *centro nacional da barbárie no campo*. Desde 2003, o Ministério Público Federal elaborou um relatório que evidencia uma *rede de crimes no Pará*, na qual estão envolvidos políticos e empresários. Este relatório revela o nível de organização, que comprova as relações entre empresários da indústria madeireira, grileiros e fazendeiros na formação do *triumvirato da grilagem de terras e de disseminação da violência no Estado do Pará*, os quais vêm sendo denominados pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo de *agro-banditismo*.

Em todos os casos mencionados, esses grandes empreendimentos têm produzido riqueza para fora e para poucos, num processo que ao fortalecer o padrão de desenvolvimento

competitivo, racionalista, produtivista e consumista capitalista; amplia as desigualdades sociais e os impactos ambientais em larga escala na região amazônica, levando à desestruturação de modos de vida e de trabalho das populações tradicionais, de suas formas de produção e desenvolvimento próprios de seus territórios.

Esses três eixos produtivos desse modelo de desenvolvimento territorial hegemônico, portanto, funcionam e formam juntos uma grande frente de articulação de expansão político-econômica e sociocultural que, junto com as demais atividades citadas, anteriormente, como o mercado de carbono, o mercado da vida, o mercado do conhecimento, o mercado da água e o mercado do minério, expressam essa *territorialização* do capital feita a custo da *desterritorialização* das populações locais do campo na região, como os povos atingidos por barragem, e da mercadorização e da destruição da natureza. Essa cartografia dramática da Amazônia faz recolocar a atualidade da grande música-poética *Saga da Amazônia* de Vital Farias como horizonte problemático e imperioso para construção de formas de sociabilidades alternativas para Amazônia. É urgente a construção de novos caminhos, paradigmas, posto que a crise é de modelo de sociedade e de conhecimento. (CORRÊA, 2007, p. 235).

Esse modelo de desenvolvimento é o grande responsável pelo quadro social de exclusão e desigualdade na região amazônica e no Estado do Pará. Conforme indicadores socioeconômicos do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), datados de 1997, afirmam que «a região Norte é considerada a mais pobre do País, os pobres representam 42% de toda população Norte» (Inae/Ipea, 1997 apud PINTO, 1997, p. 07). O Relatório de Desenvolvimento Humano, divulgado pela Organização das Nações Unidas no ano de 2003, destaca que: «a região Norte do país foi a única área onde a pobreza aumentou desde o início da década de 1990». Isso é bem referenciado no campo, haja vista as condições básicas e direitos elementares para vida que são negados a essas populações.

Numa perspectiva contraditória, a agricultura familiar também se faz efetivamente presente na Amazônia, representada no período mais recente por um contingente de 750 mil pequenos agricultores, que no cultivo da *roça* envolvem todos os componentes da família na garantia da subsistência. Esse segmento representa 85,4% do total de estabelecimentos rurais da região, os quais ocupam 37,5% do total da área regional, produzindo 58,3% do valor bruto da produção agropecuária na região, mesmo recebendo somente 38,6% do financiamento aplicado na Amazônia, tomando como referência a safra do ano 1995/96.¹¹

Esses dados de produtividade explicitados contrapõem-se às interpretações tendenciosas e bastante divulgadas sobre os sistemas de produção agrícola dos pequenos(as) produtores(as) amazônidas, que se assentam, sob uma ótica preconceituosa e depreciativa das identidades desses grupos sociais e de suas contribuições para a economia regional.

Brondízio (2006), em seus estudos sobre os sistemas produtivos de caboclos e colonos, nos ajuda a entender que os produtores de pequena escala na Amazônia compartilham de uma condição de invisibilidade econômica e social, alimentada em parte, por essas formas preconceituosas utilizadas pelas agências de desenvolvimento nacionais e internacionais e a própria academia na interpretação de seus sistemas de produção. Tais interpretações negligenciam o entendimento de que os padrões de uso da terra desses grupos baseiam-se na co-existência de atividades intensivas e extensivas que, simultaneamente, minimizam risco, garantindo a consolidação das propriedades rurais, bem como a expansão das atividades voltadas para o mercado. Elas ocultam que os caboclos e os colonos desenvolvem uma agricultura ativamente engajada na economia regional, responsabilizando-se pelo fornecimento

¹¹ MDA. 2002.

de alimentos às populações urbanas e rurais, mesmo compartilhando da falta de suporte econômico, político e infra-estrutural, que tem sido proporcionado ao agronegócio, voltado para a exportação.

As *populações tradicionais* amazônicas¹² desenvolveram as suas matrizes histórico-culturais em íntimo contato com o meio ambiente, com a natureza, adequando os seus modos de vida às peculiaridades regionais e oportunidades econômicas oferecidas pela floresta, várzea e rio, deles retirando através de atividades extrativistas, da roça, da caça e da pesca, os recursos materiais de sua subsistência. As práticas de cultivo desses grupos não impedem o funcionamento do sistema regenerativo da floresta e o impacto dos mesmos não ultrapassam os impactos provocados pelos distúrbios naturais de pequena escala em tamanho, duração e frequência.

No bojo dessas múltiplas atividades desenvolvidas por essas populações, é notória a forte relação entre o tempo social e o tempo individual entrecruzados com o tempo da natureza (CASTRO, 1999), ou seja, essas populações sustentam-se nos saberes sobre o tempo, as marés, os igarapés, a terra, a mata, o período de desova das espécies e o período de chuva e sol, para explicar suas práticas sociais, técnicas e racionalidade produtiva.

A respeito disso, Diegues (2003 apud CASTRO, 1999, p. 137) explica que:

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcado pelo respeito aos ciclos da natureza e pela sua exploração, observando-se a capacidade de reprodução das espécies de animais e plantas utilizadas. Esse sistema não visa somente à exploração econômica dos recursos naturais, mas revela a existência de um conjunto complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos.

Cabe, nesse sentido, assinalar que, parte grande dessas populações do campo da Amazônia, «acumula e desenvolve saberes e práticas sobre os variados ecossistemas, fato que lhes confere conhecimentos e habilidades diversos e plurais acerca do complexo *roça-mata-rio-igarapé-quintal*. Isto implica dizer que as relações sociais de produção se desdobram de modo *complementar* ou *combinado*», ou seja, as atividades produtivas da agricultura, da pesca, do extrativismo, da caça e da criação são desenvolvidas combinadas ciclicamente, e estão diretamente relacionadas ao tempo-espaço da natureza, objetivando ampliar as condições sociais produtivas de subsistência dessas comunidades (CORRÊA, 2007, p. 200).

Vemos assim a urgência de se reconhecer a existência desses *múltiplos processos de trabalho* na região amazônica, porque esta é diversa e multicultural, isto é, não existe uma Amazônia e uma única lógica de trabalho mercadológica hegemônica, mas *diversas amazônias* e diversas lógicas de relações sociais de produção, como é o caso expresso pelos modos de vida dessas populações, que estão na invisibilidade e que gestam uma economia invisível pautada por outros valores. Isso coloca o desafio de visibilizar essas populações invisíveis, que estão no *abismo-oprimido-invisível* para construção de *novos paradigmas* (CORRÊA, 2007).

(...) Se reconhecermos essa fantástica diversidade empírica de sociedades (tradicionais) e, portanto, de processos de trabalho, constituídas diferentemente em épocas diversas, teremos de constatar o quanto a noção trabalho deve incorporar esse múltiplo, complexo da ação humana sobre o território. (...) Ainda que existam representações simbólicas e míticas que perpassem as diferentes formas de organizar o trabalho, cada uma delas defronta-se com as capacidades e os limites dos saberes e dos interesses de cada grupo, de suas

¹² Conforme estudos de CONCEIÇÃO e MANESCHY (2002, p. 148), “O conceito de populações tradicionais refere-se a grupos sociais ‘típicos’ da região – ribeirinho, caboclo, pescador, vaqueiro, seringueiro, coletor de castanha, marreteiro, regatão etc.”.

formas de agir sobre o território e de se apropriar de recursos de acordo com padrões de seletividade pertinentes a cada grupo (CASTRO, 1999 apud CORRÊA, 2005 p. 136).

Consideramos ético, portanto, de um lado, reconhecer a importância dessas populações para a preservação da sociobiodiversidade e para construção de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável e solidário da Amazônia; de outro, denunciar as condições de exclusão a que estão submetidas essas populações pelo poder público. Elas em si, não são, de modo algum, a causa dos impactos, mas, as vítimas mais afetadas pela ação predatória de grandes empresas capitalistas, que, em larga escala e sob o poderio científico-tecnológico e econômico-político, vêm provocando a desestruturação social, cultural, econômica dessas populações e a destruição dos recursos naturais.

De fato, o processo de (neo)colonização em curso tem sido marcado pela apropriação privada da terra e dos recursos naturais e pela violência contra as populações indígenas, caboclas, quilombolas, posseiras, sem-terra, assentadas etc, mediante a exclusão do trabalho e do direito de produzir a vida, a cultura, identidade e a história dessas populações, ou seja, mediante a exclusão de sua humanidade intrínseca, que, segundo Arbex Jr (2005), ocorre exatamente aos moldes como, séculos antes, portugueses e espanhóis ignoraram os direitos dos povos originários da Amazônia, ou como ocorreu no século XIX por ocasião da instalação de um Estado judeu na Palestina. Pode-se dizer que se perpetua uma *diáspora* amazônica (Idem, p. 31).

De fato, ainda no início de século XXI, segundo Francisco Oliveira (2005), são essas complexidades evidenciadas, que envolvem a grandeza e a abundância com que a natureza dotou essa região, que fazem com que a Amazônia continue sendo importante tema de debates em escala nacional e mundial, onde a modernidade, expressa por uma Zona Franca de Manaus, contrasta com a presença de civilizações indígenas (em geral, violentadas); com a grilagem dos maiores latifúndios que a história da humanidade já presenciou; com a luta – muitas vezes mortal – dos posseiros, colonos e retirantes pela terra; com a beleza das matas e a sua destruição criminoso; com a guerra entre as empresas de mineração e os garimpeiros, indígenas, quilombolas. A história desses contrastes marca profundamente a formação territorial da Amazônia e eles têm entre si um elo comum: a rapidez com que os grupos econômicos se apoderam das riquezas naturais dessa imensa região (Idem, p. 60-61)

No entanto, é interessante ressaltar que esse mesmo processo de (neo)colonização, contraditoriamente, tem engendrado e fortalecido a utopia camponesa da conquista da terra liberta, encontrando-se, portanto, na raiz histórica tanto da implantação e expansão do agronegócio na fronteira, como do surgimento e fortalecimento dos movimentos populares de luta pelo acesso à terra que a história lhes tinha negado. Isso fortalece a tese de que: «Há uma Amazônia da mata e há uma Amazônia desmatada. (...) Há uma Amazônia que mata. Há uma Amazônia que resiste, que “r-existe”» (GONÇALVES, 2005, p. 10).

No dizer de Oliveira (2005), o processo de colonização em questão ao mesmo tempo, enquanto uma estratégia utilizada pelas elites para evitar a reforma agrária nas regiões de ocupação antiga e suprir de mão-de-obra seus projetos econômicos na fronteira; incita os trabalhadores do campo a romper com o processo de expropriação a que estão submetidos, buscado, a todo custo, a reconquista da terra para o trabalho da família.

Situações como essa e as demais, que procuramos evidenciar ao longo do texto de forma resumida, são expressões da complexidade e antagonismo que permeiam as relações de poder entre grupos, populações e movimentos sociais e se manifestam nas disputas pela hegemonia de projetos sociais específicos e variados; em que está em jogo a afirmação de identidades culturais próprias e as estratégias diferenciadas de uso dos territórios e dos recursos naturais existentes na Região.

Nesse cenário, emergem os embates entre várias forças que disputam o controle sobre a Amazônia e acreditam ter o que dizer sobre o seu destino, entre as quais, Arbex Jr (2005) identifica mais facilmente:

- **As nações originárias, grupos de pressão e ONGs a elas associados** (incluindo missionários religiosos, brasileiros e estrangeiros), que reclamam os seus direitos e a demarcação de suas terras;
- **Ambientalistas genuínos**, que de fato se preocupam com a preservação do equilíbrio ambiental e amam a região por aquilo que ela é, e não por aquilo que pode representar em termos de rapina e investimentos;
- **Setores nacionalistas das Forças Armadas brasileiras**, que denunciam as pressões pela internacionalização da Amazônia, incluindo as missões religiosas que se colocam ao lado dos indígenas na reivindicação pela demarcação de terras e territórios;
- **Empresas transnacionais e nacionais**, incluindo madeireiras, farmacêuticas, mineradoras etc., que enxergam na Amazônia um espaço a ser explorado;
- **Empresas vinculadas ao agronegócio**, em particular à exploração da soja e outras monoculturas de exportação;
- **Governos internacionais, particularmente dos Estados Unidos, Japão e europeus**, que já manifestaram publicamente sua vontade de ver a Amazônia internacionalizada, seja pela eventual venda do território em troca da dívida externa, seja por ocupação militar;
- **Governo brasileiro**, que proclama sua vontade de combater as queimadas e as atividades predatórias, mas se prova incapaz de aplicar uma estratégia realista.

Para Arbex Jr (Ibid., 2005), o *locus* onde as disputas intensas entre essas forças acabam adquirindo os seus contornos e conteúdos mais visíveis na atualidade, é a mídia, que no entendimento desse autor, tem se configurado no campo de batalha por excelência, onde um jogo muito sofisticado e elaborado se desencadeia, no qual muitas vezes é difícil até mesmo identificar o articulador de determinado discurso, e mais ainda, seus propósitos reais. Esse jogo tem imposto à Amazônia o desafio de encontrar-se numa encruzilhada histórica, num momento singular que pode decidir o seu futuro, e que de certa forma, sintetiza o drama colocado para toda a nação: ou bem reafirma a sua soberania e volta-se para as necessidades reais das populações locais, integradas a um projeto de desenvolvimento nacional sustentável, ou bem reafirma a prioridade dos interesses das elites associadas ao capital estrangeiro, e alienada em relação à própria nação (Idem, 50-57).

Se, de um lado, esse é um território de luta, o das *mídias*, de que não se pode prescindir, visto sua importância para se construir uma hegemonia, contudo, novos horizontes alternativos de sociabilidade não podem ser desconsiderados, como as experiências que vêm se dando concretamente na territorialidade do campo da Amazônia, protagonizada por diversos sujeitos coletivos, como os movimentos sociais populares do campo, dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, da floresta, das quebradeiras de coco-babaçú, que se recolocam num cenário amazônico para lutar pelo reconhecimento de seus territórios e pela afirmação material e simbólica dos seus modos de vida, demarcando uma cartografia de novas territorialidades de esperança e de contestação ao modelo de desenvolvimento dominante.

Nessa mesma direção, de forma mais específica e diferenciada, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), O Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres do Campo (MMC), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR/PA), entre outros, também, vêm demarcando um momento do campo no Estado do Pará singular e de impacto na sua estrutura agrária e no questionamento ao uso e significado do território e dos recursos naturais de forma predatória, reivindicando um novo jeito de olhar e produzir a existência e a relação com a natureza.

Na sua luta pela terra, pela água, pela floresta, pela direito ao trabalho e à vida, esses sujeitos constroem e põe em ação uma *pedagogia do movimento*, onde residem as raízes da esperança de novos horizontes e novos paradigmas de sociabilidade. Esses mesmos sujeitos ajudam a entrelaçar e fortalecer os fios da grande rede que vem sendo formada através do *Movimento Por uma Educação do Campo*, que tem no *Fórum Paraense de educação do Campo* sua expressão mais significativa de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de desenvolvimento e de sociedade.

O *Fórum Paraense de Educação do Campo* aglutina entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa, órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional da sociedade paraense, que compartilhando princípios, valores e concepções político-pedagógicas buscam defender, implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias e experiências de educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade sócio-ambiental para todos/as os/as cidadãos/ãs paraenses, sobretudo para as populações do campo, aqui entendidas como: agricultores/as familiares, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores. (FPECADR, 2004)

Entre os marcos importantes da caminhada do Fórum, com vistas à consolidação do *Movimento Paraense por uma Educação do Campo*, são destaques o *I*, o *II* e o *III Seminário Estadual de Educação do Campo* e o *Seminário Estadual de Juventude do Campo*, realizados respectivamente, na UFRA em fevereiro de 2004, no Seminário Pio X, em junho de 2005, e os dois últimos também no Seminário Pio X, em junho de 2007, reunindo cada um desses eventos mais de 600 participantes envolvidos com a Educação do Campo em nosso Estado.

A realização desses eventos tem reunido e mobilizado um número cada vez mais abrangente de sujeitos, instituições públicas, movimentos sociais e entidades não-governamentais nos processos de definição e implementação de políticas e práticas educacionais sintonizadas com a realidade do campo, constituindo-se em espaços em que se manifestam depoimentos, insatisfações, aspirações e reivindicações com relação à educação que se deseja ver concretizada nas escolas do campo; e se evidencia o protagonismo de educadores e educandos, gestores, líderes de comunidades rurais, sindicalistas, assentados, agricultores e agricultoras, ribeirinhos, quilombolas e indígenas de nosso Estado.

Amazônia e suas singularidades: matrizes referenciais para construção de políticas e práticas educacionais

A encruzilhada histórica que tem sido imposta à Amazônia requer de todos nós um posicionamento explícito a favor da construção de políticas e práticas educacionais pautadas pelos interesses e necessidades reais das populações que vivem na região, vinculadas a um projeto de desenvolvimento territorial sustentável que reafirme a soberania da região e do país. Em nosso entendimento, essa é uma condição básica para que as populações da Amazônia tenham garantido o direito a uma educação pública de qualidade e a presença do Estado na garantia desse direito é absolutamente indispensável.

Nosso interesse em explicitar de forma detalhada, na parte inicial do artigo, a diversidade e complexidade que envolvem os aspectos sócio-culturais e espaciais, ambientais e produtivos da Amazônia, dando visibilidade à dinâmica e às tensões em que as populações e movimentos sociais existentes no meio rural estão inseridos, especialmente, seus interesses, suas lutas, paradoxos e intencionalidades; move-se pela intenção de afirmar que essas especificidades constituem o material por excelência que deve referenciar os processos de formulação e implementação de políticas e práticas educacionais para a região, quando assumimos a tarefa de pensar e de propor políticas e práticas educacionais do lugar dos sujeitos e populações da Amazônia.

Diante de situações existenciais tão ricas que compõem o manancial de saberes, experiências e tecnologias produzidas pelas populações da região e, em especial do meio rural, é inadmissível que as políticas e práticas educacionais vigentes continuem a ser planejadas e materializadas desconsiderando essas especificidades existenciais que constituem os modos de existir próprios da Amazônia.

No cotidiano de suas relações sociais de existência, as populações da Amazônia vivenciam situações peculiares nas relações produtivas; enfrentam singularidades nos diversos ambientes em que vivem; e possuem um conjunto de crenças, valores, símbolos, e saberes que se constroem/reconstroem nas práticas de formação pessoal e coletiva, na vivência e convivência nos vários espaços sociais em que participam. Por esse motivo, todos, sem exceção: professores, estudantes, pais e mães, membros das comunidades e representantes de movimentos e organizações sociais, podem e devem ser envolvidos na construção coletiva das políticas e práticas educacionais a serem efetivadas na região. Eles, definitivamente, têm muito a dizer, a ensinar e aprender nesse processo que deve ser materializado **com e pela a participação dos sujeitos, das populações e movimentos sociais e não para eles**, como tradicionalmente tem ocorrido.

Assim, destacamos a necessidade de que os processos e espaços de construção dessas políticas e práticas se pautem por uma perspectiva de educação emancipatória que inter-relacione os diversos sujeitos, saberes e intencionalidades, superando a predominância de uma educação bancária e **afirmando seu caráter inter/multicultural, ao oportunizar a convivência e o diálogo entre as diferentes culturas, etnias, raças, gêneros, gerações, territórios, e particular, entre o campo e a cidade.**

Isso só será possível, se forem reconhecidas e legitimadas na sociedade e nos espaços educativos as experiências sócio-culturais, produtivas e educativas que vêm sendo produzidas e efetivadas na territorialidade do campo da Amazônia, protagonizadas pelos diversos sujeitos, populações, movimentos e organizações sociais da região. Na agenda desses sujeitos coletivos, algumas questões têm sido pautadas:

- **a inclusão da educação do campo no âmbito dos direitos sociais**, ressaltando que o direito à educação não se separa da pluralidade de direitos humanos que precisam ser garantidos e ampliados: o direito à terra, à vida, à cultura, à identidade, à alimentação, à moradia, etc., o que implica dizer, que o direito à educação não se materializa apenas no campo da consciência política, mas se atrela com a produção/ reprodução mais elementar da vida.

- **a ampliação da esfera pública** com o objetivo de fortalecer o espaço de interação entre Estado e Sociedade na perspectiva de democratização do Estado e da própria sociedade. Nesse processo, a participação social se torna mais efetiva na construção de políticas públicas e o controle social tem mais chances de se materializar e enfrentar a vulnerabilidade das escolas e das populações do campo, que muitas vezes encontram-se à mercê das conveniências dos grupos dominantes de poder local. A democratização dos espaços públicos se coloca como desafio para garantia e ampliação dos direitos e da efetividade de uma cidadania ativa e democracia participativa.

- **o fortalecimento da consciência coletiva e cidadã**, seja no Estado, na academia, nas organizações e movimentos sociais ou no campo educacional, em favor da construção de políticas e práticas educativas que sejam capazes de enfrentar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo e subverter o padrão universalista e generalista que inspira predominantemente as políticas educacionais vigentes e não tem dado conta de universalizar o direito à educação dos povos do campo.

- **a transgressão à visão hegemônica que projeta a cidade como o ideal de desenvolvimento e o rural como a permanência do atraso**, implicando na elaboração de políticas e práticas educacionais que afirmem a compreensão de campo como espaço de vida,

trabalho e de novas relações com a natureza, de produção e reprodução da existência social e humana com dignidade e sustentabilidade.

Essas questões nos remetem à necessidade de redimensionar os indicadores de referência que têm hegemonicamente orientado as políticas e práticas educacionais vigentes, e determinam os rumos de implementação dessas políticas e práticas sob a égide da relação *custo/benefício*, inspirados em parâmetros mercadológicos, competitivos, empreendedores e de excelência com vistas à *empregabilidade* e aquisição do *capital cultural* que assegure lugar de destaque nos *Rankings* nacionais e internacionais existentes.

Os índices estatísticos, matéria prima que alimenta esses *rankings*, resultantes de avaliações de caráter quantitativas e generalizantes que têm (in)validado o sistema educacional brasileiro e mundial no período mais recente, não têm produzido outro resultado, senão atestar o estado de falência que enfrenta a educação pública no país, ao evidenciar que milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos têm acesso à escola, mas, por sua própria incapacidade, fracassam, são reprovados, “abandonam” a escola porque supostamente “não aprendem” e, por isso, não terão acesso a um patrimônio cultural que pode fazer muita diferença em suas trajetórias pessoais.

Esses exames, em última instância, terminam por ratificar as desigualdades sócio-educacionais, através de pretensas assimetrias cognitivas, atribuindo às classes populares, e dentre elas, às populações do campo da Amazônia, seu lugar de subalterno no mundo trabalho e nas relações sociais; acirrando ainda mais o histórico *apartheid cultural* que mantém no país um profundo fosso entre os que têm, podem, sabem, são e os que não têm, não podem, não sabem, não são.

A compreensão desse processo tem motivado diversos atores institucionais e não-institucionais de diferentes esferas, incluindo aqueles que atuam no campo educacional, a apresentar intervenções propositivas que permitam vislumbrar a sua desconstrução e nos permitam ver a escola pública brasileira do lugar da produção de saberes, da inclusão social e da construção identitária; em outros termos, a realizar uma leitura que permita identificar, mapear, analisar e socializar experiências de instituições escolares e/ou educacionais que estão no contraponto da imagem sombria que os dados estatísticos insistem em refletir e difundir.

No âmbito dessas intervenções propositivas, outros referenciais são requeridos para orientar indicadores de políticas e práticas educacionais, que oportunizem a compreensão da complexidade dos fenômenos educacionais e escolares e a reinvenção das concepções, práticas e processos educativos, especialmente da instituição escolar, capazes de transgredir à homogeneização, à (re)produção de modelos, à hierarquização, ressignificando a qualidade da escola pública sob outras bases.

Para fortalecer o debate sobre a elaboração desses novos referenciais, apresentamos a seguir, algumas idéias-mestra propositivas que julgamos relevantes, e, por conseguinte necessárias a serem consideradas nos processos de elaboração e efetivação de políticas e práticas educacionais, quando assumimos a intenção de construir uma cultura política democrática participante, reconhecer e afirmar diversidades e pluralidades nas escolas da territorialidade do campo da Amazônia paraense.

1. **Matriz ético-política:** As políticas e as práticas educativas devem assumir um papel político e sociocultural no horizonte da formação humana em seu sentido integral e complexo e da construção de novas formas de sociabilidades, que apontem para reconstrução de valores e de relações sociais assentadas e orientadas pela autonomia, liberdade, igualdade, solidariedade, justiça, respeito e reconhecimento às diferenças, responsabilidade e preservação ambiental.

É urgente afirmar o debate ético e político na sociedade e, particularmente, na educação, demarcando seus territórios contraditórios e conflitivos para enfrentar o que a sociedade

capitalista contemporânea vem imprimindo de forma conservadora e com muita astúcia: uma lógica material e simbólica de narcisismo, individualismo, competitividade e consumismo sobre o ser humano e as relações sociais, que expande e intensifica a noção do **ser para si e por si**, restringindo-se e fundando-se na premissa da «*formação para o mercado de trabalho*», deslocando e rebaixando a *formação humana* a «*treino, adestramento*», «*alienação e despolitização da história*», conforme nos adverte Freire (1996), pois transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu fazer formador.

Cientes dessa problemática, as políticas e práticas educativas a serem construídas para o campo na Amazônia devem comprometer-se com a formação de *protagonistas qualificados*, capazes de decidir os rumos da região, do país e do mundo de forma autônoma e emancipatória, uma formação, que no entendimento de Alder Calado (2005), seja omnilateral, exercida ininterruptamente nas várias dimensões do desenvolvimento humano, de modo a tomar em conta a partir do chão das relações do cotidiano, diferentes limites e possibilidades dos humanos, sob o ponto de vista das relações culturais, de trabalho, de gênero, de espacialidade, de etnia, de idade ou de geração, as relações com a natureza, as relações com o sagrado... Formação que, passando também pela Escola, vai muito além dela, até porque acompanha o dia-dia de seus protagonistas, ao longo do curso de sua vida.

2. **Matriz democrático-participativa:** As políticas e as práticas educativas devem se constituir enquanto territórios de construção de uma nova cultura política e de formação de novos sujeitos políticos, tendo em vista a formação de uma *cidadania ativa* e o fortalecimento da *esfera pública*, que ajude a erguer, solidamente uma sociedade democrática com «justiça participativa» e «justiça distributiva» (CHAUÍ, 2006). Os interesses da iniciativa privada têm pautado hegemonicamente a orientação do Estado, reproduzindo e reforçando uma cultura política conservadora e assistencialista, clientelista e paternalista, que centra a política e o poder na esfera do instituído, de *cima para baixo*, fragilizando e obscurecendo a relação entre Estado sociedade civil e a garantia e ampliação dos direitos do conjunto da sociedade, particularmente das populações do campo e das periferias urbanas, reforçando e configurando, assim, um quadro de relações de poder desiguais e de *apartheid socioespacial*.

A educação, seguindo esses mesmos interesses, em grande medida, tem restringido o processo de aprendizagem e de formação aos valores e padrões societários do individualismo, da competitividade, do mérito e do *status* pessoal na estrutura social, subordinando e confinando o papel da escola à lógica das relações de mercado como espelho do sucesso, colocando de lado, a responsabilidade com o ensino-aprendizagem na perspectiva da formação crítico-reflexiva dos sujeitos.

Para o enfrentamento dessa problemática é urgente a ampliação da esfera pública com o objetivo de fortalecer o espaço de interação entre Estado e Sociedade Civil, e conseqüentemente, a democracia participativa e cidadania ativa. Nesse processo, a participação, o protagonismo e o controle social do poder público constituem-se como condição e estratégia fundamental para a construção de uma cultura política cidadã e para a garantia e ampliação dos direitos humanos e sociais.

Nessa linha crítica de horizonte, as políticas e práticas educativas a serem construídas para o campo na Amazônia devem assumir a responsabilidade com a formação desse novo sujeito crítico, a partir de seu lugar, e, ao mesmo tempo, colocar-se e entender-se como um espaço em inter-relação e integração com outros espaços sócio-políticos e culturais, em sua escala local e global, considerando as conflitualidades existentes e fortalecendo essa cultura política participativa e protagonista na Amazônia e na sociedade;

o que significa, pensar e implementar políticas e práticas da educação do campo a partir da (multi)territorialidade amazônica e com a participação ativa do conjunto de seus sujeitos.

3. **Matriz inter/multicultural:** As políticas e as práticas educativas devem se alicerçar no reconhecimento e na afirmação da diversidade sociocultural, contribuindo com uma formação pautada na convivência das diferenças e na participação do conjunto de seus sujeitos nos rumos de um projeto amazônico de educação e de desenvolvimento territorial inclusivo, sustentável e solidário.

Um dos maiores desafios apresentados para educação do campo na Amazônia é pautar na agenda das políticas e práticas educacionais o reconhecimento da sua diversidade sociocultural, racial, étnica, de gênero e a afirmação do protagonismo de suas diversas populações nesse processo, criando as bases e ao mesmo tempo, sedimentando o princípio da *alteridade* e da *diferença* como componentes integrantes da formação humana, da convivência e de um projeto emancipatório de sociedade, particularmente em se tratando das populações rurais amazônicas, que historicamente vêm sendo estigmatizadas pela cultura eurocêntrica.

Boaventura Santos (2003) nos ajuda a referenciar esse debate, quando alerta para as tensões existentes entre distintas formas de multiculturalismo (conservador e emancipatório), que se expressam através da articulação entre a *política de igualdade* e a *política da diferença*. Ele se manifesta a favor do *multiculturalismo emancipatório*, que se assenta numa tensão dinâmica e mais complexa entre a política de igualdade e a política da diferença; reconhecendo que as lutas progressistas, operárias e outras, da modernidade ocidental do século XX, ao priorizarem o princípio de igualdade centraram nas diferenciações de classe, deixando na sombra outras formas de discriminação étnica, de orientação sexual ou de diferença sexual, etária e muitas outras. Essa lacuna promoveu a emergência de lutas contra essas formas de discriminação, pautando a política da diferença, e evidenciando que a mesma não se resolve somente pela redistribuição, mas por reconhecimento.

As reflexões de Boaventura nos ajudam a compreender, portanto, que se pretendemos elaborar e efetivar políticas e práticas educativas de caráter inter-multiculturais, que promovam o diálogo entre as diferentes culturas e evidenciem a igual dignidade de todos os seres humanos, contemplando questões de gênero, raça classe, etnia, entre outras, devemos ter bem claro, a compreensão de inter-multiculturalismo que referenciará a nossa intencionalidade e, nesse debate, McLaren (1997) colabora com seus estudos sobre uma *Concepção de Educação Multicultural Crítica* e sua opção pelo *Multiculturalismo Crítico*, que compreende a cultura e a democracia numa relação política de conflito e não de consenso e, a diferença, como produto da história, cultura, poder e ideologia. A diversidade é afirmada dentro de uma política de crítica e compromisso com a justiça social e não como uma meta. A resistência deve levar em consideração uma intervenção no conflito social com objetivos de fornecer acesso igualitário aos recursos sociais e transformar as relações de poder dominantes, que limitam estes acessos devido aos privilégios de classe, de raça e gênero. As diferenças, dentro da cultura, são definidas como diferenças políticas e não apenas como diferenças textuais, lingüísticas e formais. As relações de poder estruturais e globais não são ignoradas, ele não abandona o conceito de totalidade e não busca interrogar a diferença como condição retórica, mas visa, sobretudo, intervir criticamente nas relações de poder que organizam a diferença.

4. **Matriz da economia solidária:** As políticas e as práticas educativas devem estar indissociavelmente vinculada ao trabalho como *princípio educativo e formativo* (ARROYO, 1999), o qual tenha como finalidade a dignidade humana e uso responsável e sustentável

dos recursos naturais, exigindo, com isso, mudanças estruturais nas relações sociais vigentes de produção e de trabalho e na relação ser humano-sociedade-educação-natureza.

Sabemos que as várias formas existentes de processos de trabalho, com base na organização familiar, comunitária, associada e cooperada das populações rurais amazônicas, entre elas, a pesca artesanal, a agricultura de subsistência e familiar, o extrativismo florestal, o artesanato, vêm sendo desestruturadas pela imposição da lógica de produção produtivista de mercado, que passa a instituir novas representações e imaginários, novos valores, práticas e relações de trabalho exploratórias da força humana de trabalho e predatória dos recursos naturais, desestruturando os modos de vida dessas populações amazônicas.

Confrontando essa problemática, Singer (2001) nos chama atenção para o surgimento de um novo cooperativismo como resposta à terrível crise do mundo do trabalho pela qual passa o país, por meio do qual, as classes populares excluídas vêm construindo novas formas de se re-inserir no processo produtivo, conformando uma lógica de autogestão e solidariedade, que se funda na inclusão e dignidade humana.

Nesse cenário, as políticas e as práticas educativas a serem construídas para o campo na Amazônia devem ajudar a recolocar o sentido do trabalho em suas várias dimensões: social, econômica, política, cultural, ambiental, ética e educacional que promovam a humanização, socialização e singularização e busquem a dignidade humana e a convivência responsável e solidária entre as pessoas e as populações da Amazônia e entre essas com a dimensão ambiental, assumindo papel de destaque as relações sociais de produção de base cooperada/familiar, que incentivam vivências de solidariedade e constroem cultura de grupo e de pertencimento.

5. Matriz ambiental: As políticas e as práticas educativas devem ser fundadas num processo de formação humana, que articule indissociavelmente a relação ser humano e natureza contribuindo assim, para a afirmação de valores de consciência sócio-ambiental. De forma predominante, a relação ser humano-natureza tem se pautado por um *antropocentrismo* desmedido, que concebe os recursos naturais como objetos de dominação, inspirado pela razão instrumental, que confunde, reduz e finda o *desenvolvimento* no crescimento econômico e progresso *sem fim*, de modo desigual, excludente e predatório dos recursos naturais (BOFF, 2004; CORRÊA, 2007). Por outro lado, temos assistido ao fortalecimento de um *ecocentrismo*, que superpõe a natureza, em grande medida, à natureza humana, encontrando-se fundada numa perspectiva biologizante do Norte, defensora das chamadas *áreas protegidas*, que excluem as populações humanas de suas comunidades, sustentando um *protecionismo* conservador, que, em última instância, termina por beneficiar os grandes grupos econômicos existentes na atualidade.(DIEGUES, 2000).

Em face dessa problemática, as políticas e as práticas educativas a serem construídas para o campo na Amazônia devem indicar diretrizes e orientações que contribuam para assentar a educação do campo em bases sólidas, que sejam capazes de confrontar com essas perspectivas antropocêntrica e ecocêntrica e, ao mesmo tempo, construir um caminho novo e possível, que concebe a relação ser humano-natureza sem dicotomia e sem sobreposição, ao inspirar-se numa relação de diálogo e responsabilidade, onde os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais são inseparáveis e se fundem numa lógica de sociabilidade comprometida com os excluídos.

Diegues (2000), em seus estudos sobre a problemática sócio-ambiental, explicita com mais consistência esse novo caminho, que deve inspirar-se numa perspectiva da *etnoconservação*, indicando a necessidade de se construir uma *nova aliança entre o homem e a natureza*, baseada, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não-indígenas, na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos *territórios*

em que habitam. Esse novo conservacionismo deve estar ancorado na valorização do conhecimento e da prática de manejo dessas populações, implicando na criação de uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local, ao compreender que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente importantes.

6. **Matriz científico-tecnológica:** As políticas e as práticas educativas devem apontar como um de seus grandes desafios o avanço na produção do conhecimento e de tecnologias que subsidiem a formação dos sujeitos, das populações e do desenvolvimento territorial da Amazônia com autonomia, igualdade, solidariedade, justiça e responsabilidade sócio-espacial, econômica, política, cultural e ambiental.

Conforme apresentado no início desse artigo, a Amazônia é a expressão de um grande contraste e paradoxo, posto que possui riquezas naturais diversas e abundantes e ao mesmo tempo abriga em seu território um dos maiores bolsões de pobreza e de exclusão social, que se expressa, dentre outras formas, através da parca produção interna de ciência e tecnologia, restrita aos ditames do mercado, que orientam fortemente o pensar, o agir, o sentir e a construção do ser amazônico. Essa situação, fomentada pelo proselitismo e arrogância da ciência euro/nortecêntrica, historicamente tem conformado e legitimado um processo de (neo)colonização, que por meio da produção/difusão do conhecimento hegemônico, tem deslegitimado os saberes e as culturas locais da região. Nesse processo, as escolas vêm assumindo sua função, em grande medida, alheia ao debate da ciência, tecnologia e inovação na Amazônia e no mundo.

Santos, em seus estudos (2004; 2005), tem nos ajudado a compreender que o paradigma dominante da ciência moderna, que, hegemonicamente orienta o processo de produção de ciência e tecnologia na região e nos demais países do terceiro mundo, está em crise, por não dar conta de responder aos desafios assumidos pela própria modernidade: igualdade, fraternidade, liberdade, justiça, solidariedade e democracia. Nessa situação, encontra-se em construção um «**paradigma emergente**», com expressão científica (**conhecimento prudente**) e social (**vida decente**), cujos pressupostos orientadores dessa nova forma de conceber a produção do conhecimento e da tecnologia são os seguintes: **todo o conhecimento científico-natural é científico-social; todo o conhecimento é local e total; todo o conhecimento é autoconhecimento; e, todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.**

Nesse cenário, as políticas e as práticas educativas a serem construídas para o campo na Amazônia devem indicar a construção de um novo horizonte de produção de conhecimento, que reconheça os saberes e culturas próprias das populações da Amazônia como legítimas e válidas para compreensão do mundo e sua resignificação, superando as dicotomias e dualidades, ao inspirar-se numa perspectiva inter/transdisciplinar de construir o conhecimento e de formação humana. Nesse processo, a realidade existencial e concreta das populações do campo da Amazônia e seus modos de vida precisam dialogar com as referências de espaço-tempo e conhecimento escolar, problematizando os limites de ambas as referências e criando possibilidades reais de intervenção e superação das situações limites.

7. **Matriz de desenvolvimento territorial rural sustentável:** As políticas e as práticas educativas devem se constituir como parte vital e orgânica de um projeto de desenvolvimento territorial rural sustentável, que lance as bases para a construção de novas formas de sociabilidade e convivialidade na Amazônia e na sociedade brasileira, em todas as suas dimensões: sócio-espacial, política, econômica, cultural, ambiental, científica e tecnológica, e em escalas local, regional, nacional e global.

É fato que, na atualidade, predomina uma concepção de desenvolvimento que se restringe ao crescimento econômico imposta pelo ajustamento ao modelo tecnocrático-racionalista e produtivista do capital conforme suas regras e normas, implicando na implementação de políticas destinadas para a região Amazônica, elaboradas e impostas de cima para baixo, de forma exógena, isto é, de fora para dentro, a fim de atender somente os interesses particulares de grandes grupos econômicos (TRINDADE Jr, 2005; CASTRO, 2005).

Na perspectiva de superação desse entendimento, Silva (2005) nos apresenta uma concepção relacional e integradora de desenvolvimento territorial que exprime seu caráter contraditório e conflitivo ao envolver um processo de transformação das relações sociais, culturais e produtivas. Em seu modo de ver, o desenvolvimento, enquanto uma ação cultural, uma construção societária, encontra-se relacionado às capacidades criativas e criadoras dos seres humanos para a realização de desejos ou satisfação de necessidades. O desenvolvimento expressa um processo contínuo e construtivo, como um desabrochar cultural a partir das experimentações (empíricas) e abstrações (capacidade de ir além da realidade material ou imediata) que geram o acúmulo de conhecimentos nas suas diversas formas (saber popular, ciência e tecnologias).

Numa perspectiva mais ampliada, Silva (Idem, 2005) também nos ajuda a referenciar o conceito de *sustentabilidade do desenvolvimento*, indicando que o mesmo tem por base a transformação das relações entre as pessoas e a natureza, na busca da harmonia entre o bem-estar do ser humano e do meio ambiente. Expressa o compromisso com a manutenção de todas as formas de vida no planeta, no presente e no futuro. Essa transformação tem por base uma consciência ecológica, sistêmica, de uma realidade que é complexa ao envolver o reconhecimento da unidade da vida no planeta Terra e da importância da diversidade dos seres vivos. Entretanto, esse mesmo autor nos adverte de que a sustentabilidade envolve muito mais que a sua dimensão ambiental, expressando-se portanto, nas diversas dimensões do desenvolvimento: social (requer a vida de qualidade para todas as pessoas), cultural (respeito à diversidade e pluralismo de culturas), política (processo contínuo e participativo de conquista da cidadania e do direito de transformação da realidade) e econômica (construção de novas dinâmicas de produção e de redistribuição social das riquezas).

Referenciando-se por essas premissas, as políticas e as práticas educativas a serem construídas para o campo na Amazônia devem assumir como horizonte a efetivação de uma perspectiva de *desenvolvimento territorial sustentável e solidária*, que reúne e articula, indissociavelmente as dimensões social, econômica, política, cultural, ética e ecológica, objetiva e subjetiva, relacionando e evidenciando a questão sócio-espacial em suas várias escalas. Essa perspectiva de desenvolvimento busca a construção de novas formas de sociabilidade, que integrem ações e programas, e reconheçam as iniciativas locais e territoriais dos sujeitos e populações do campo e da cidade, que vêm promovendo uma nova forma de conceber e firmar os laços e fios entre ser humano e natureza, assim como entre ética, política, economia, cidadania e democracia participativa, diversidade cultural e ecologia.

Palavras finais

Finalizando a discussão nesse momento, e procurado seguir a linha de horizonte delineada ao longo de todo o artigo, ressaltamos que as políticas e as práticas educacionais a serem construídas para a Amazônia, em particular e especialmente para o meio rural, apresentam, em nosso modo próprio de entender, o desafio de conceber suas ações e reflexões *do lugar* da Amazônia e *com* os seus sujeitos e populações, pensando onde os *pés*

pisam, com vistas à construção de uma cultura política de autonomia e de liberdade na região, que inspire a efetivação de uma política de desenvolvimento original e incluyente.

Nesse mesmo horizonte, reside o desafio da pesquisa educacional, de construir bases sólidas e sinalizar para a produção de conhecimentos e publicações, que fundem novos marcos teórico-metodológicos e epistemológicos afirmativos de um pensar e agir autêntico e sinalizador de paradigmas emancipatórios de educação e de desenvolvimento territorial para a Amazônia.

Referências bibliográficas

ARBEX JR., José. “Terra sem povo”, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, Maurício. Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR – 163. Brasília: CNPq, 2005.

ARROYO, Miguel. G. Pedagogia em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: LIMA, Antônio B. [et al] (Org). Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia: as Experiências Formativas da CUT. Porto Velho, RO. 2002. Imediata.

BECKER, Bertha K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.

_____. Amazônia. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. Grupos Culturais na Formação da Amazônia Brasileira e Tropical. 1985. Disponível em: www.tropicologia.org.br/conferencia/. Acesso: em setembro de 2004.

BRASIL. DOCUMENTO-BASE: Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, Abril de 2006.

_____; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000. Brasília: DF. 2000.

_____; MDA. Buscando as Raízes: agricultura familiar e reforma agrária. Brasília: PRONAF. Julho de 2002. (Caderno de Capacitação).

BRASIL DE FATO. Política econômica pode inviabilizar plano da educação. São Paulo, de 03 a 09 de maio de 2007. Ano 05. Nº. 218.

BRONDÍZIO. Eduard S. Intensificação Agrícola e identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. In: ADAMES, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Ed.). Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: Amablume, 2006.

CASTRO, Edna. R. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e Integração de Mercados. In: NUNES COELHO, Maria C. et al. (Orgs). Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: Uma agenda de debates. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

_____. Território, Biodiversidade e Saberes. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Avançados da Amazônia (NAEA). Vol.2, nº 1 – Junho de 1999.

CHAUÍ, Marilena. A Ética da Política. Entrevista. In. CHAUÍ, Marilena et al. Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. [entrevistador: Juarez Guimarães]. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

Comissão Pastoral da Terra. Cadernos Conflitos no Campo. Goiânia, Edições Loyola, 2005.

CONCEIÇÃO, Maria de F. Carneiro da e MANESCHY, M^a Cristina A. Tradição e Mudança em Meio as Populações Tradicionais da Amazônia. In: COSTA, Maria José J. (Org.). Caminhos Sociológicos na Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2002. (pág. 147-171).

CORRÊA, Sérgio R. M. Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: A territorialidade do campo como «espelho» de projetos conflitantes e contraditórios. In. Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: Uma leitura a partir da Pedagógica do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). João Pessoa: Dissertação de Mestrado. 2007.

_____. Educação Popular e Movimentos Sociais: Construindo caminhos de inclusão social e de sustentabilidade com as sociedades tradicionais da Amazônia. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado do Pará, para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, abril, 2005.

DIEGUES, Antônio C (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Avançados da Amazônia (NAEA). Vol.2, nº 1 – Junho de 1999.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: www.cnpq.embrapa.br

FÓRUM PARAENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (FPECDA). Caderno de Textos: contribuições para o debate Por uma Educação do Campo na Amazônia/Pará. II Seminário Estadual de Educação do Campo. Belém-Pa, junho de 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Carlos W. P. Amazônia, Amazônias. 2^a.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. <http://www.movimentossociaisdocampo.br.com/artigos>. Acesso 03/2006.

GREENPEACE. Proteção da Amazônia ainda não saiu do papel. <http://www.amazônia.org.br/noticias>. 21/11/2004.

GUSMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem. Rio Negro (Brasil) Séculos XVIII e XIX. In: ADAMES, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: Amablume, 2006.

IMAZON. (Reportagem sobre a Campanha da Fraternidade: *Fraternidade e Amazônia: Vida e missão nesse chão*). Rede Globo, Jornal Nacional, 21/02/2007.

ISTO É. Matéria. Desenvolvimento Humano: Retrato do Brasil. Revista, nº 763. 16/07/2003.

MEIRELES FILHOS. O Livro de Ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Edouro, 2004.

MONTEIRO, Alcidema [et al]. O Espaço Amazônico. Sociedade e Meio Ambiente. Belém: UFPA/NPI, 1997.

NOVAES, Washington. Entrevista Explosiva. Sinal Vermelho no Meio Ambiente. Revista Caros Amigos, Agosto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. «Amazônia Revelada»: o debate continua. Comunicação apresentada no 14º ENG-AGB. Rio Branco, Acre, 16-21 de junho de 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. O Campeão da Pobreza. Jornal Pessoal. Ano XV. Nº 275. 2ª Quinzena de janeiro de 2002.

_____. Tucuruí: lago ficou maior. In. O que fica: o buraco. Belém. Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto. Abril de 2007. 1ª Quinzena. Nº389. Ano XX.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para Além de Um e Outro. In. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Dilemas de nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. (Entrevistas). Currículo sem fronteiras, v.3, n.2, pp. 5-23, jul/dez, 2003.

SILVA, Roberto Marinho A. da. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário. Fórum Estadual de Economia Solidária. João Pessoa - PB, 2005. (Capacitação dos entrevistadores para o SIES FASE II).

SINGER, Paul. Apresentação. VEIGA, Sandra M. e FONSECA, Isaque. Cooperativismo: Uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2001 (Economia Solidária).

TRINDADE, Saint-Clair Cordeiro Jr. (Debatedor). In. COELHO, Maria Célia at al. (Orgs). Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: uma agenda de debate. Belém,Pa: UFPA/NAEA, 2005.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Campinas, Editora Autores Associados. 2003.